

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 1.009.938 - SP (2016/0288557-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : CRISTIANO JOSE FERNANDES
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS GALLO E OUTRO(S) - SP088761
EMBARGADO : BANCO DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO
MERCANTIL
ADVOGADO : LEDA MARIA DE ANGELIS PINTO E OUTRO(S) -
SP241999

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FERIADO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POSTERIOR. ART. 1.003, § 6º. DO CÓDIGO FUX. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA DO PARTICULAR DESPROVIDOS.

1. Trata-se de Embargos de Divergência interpostos por CRISTIANO JOSÉ FERNANDES contra acórdão proferido pela Quarta Turma desta Corte, assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO ESPECIAL PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. FERIADO LOCAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ART. 1.003, § 6º, CPC/2015. DECISÃO MANTIDA.

1. O prazo para interposição do agravo em recurso especial é de 15 (quinze) dias úteis, a teor do que dispõem os arts. 219, caput, e 1.003, § 5º, do CPC/2015.

2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 preceitua que o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso. Precedente da Corte Especial. Ressalva de entendimento pessoal do Relator.

3. No caso, o agravo foi interposto após o lapso legal, sendo que, apesar de afirmar a existência de feriado local, o recorrente não apresentou, no momento da interposição, documento apto a comprovar a alegada suspensão do prazo.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

2. Alega o recorrente divergência jurisprudencial, defendendo a possibilidade de comprovação posterior do feriado local para fins de aferir a tempestividade do Recurso Especial.

3. Impugnação não apresentada.

4. É o relatório.

5. Não merece acolhida o recurso.

6. Corte Especial, no julgamento do AREsp. 957.821/MS, firmou entendimento de que a comprovação da existência de feriado local deve ocorrer no ato de interposição do respectivo recurso, não se admitindo a comprovação posterior. Restou consignado, ainda, que o entendimento construído à luz do CPC/1973 não subsiste ao Código Fux.

7. No julgamento do REsp. 1.813.684/SP, em 2.10.2019, a Corte Especial reafirmou o entendimento segundo o qual é necessária a comprovação nos autos de feriado local por meio de documento idôneo no ato de interposição do recurso. Contudo, decidiu-se modular os efeitos da decisão, de modo que a tese firmada seja aplicada tão somente aos recursos interpostos após a publicação do acórdão respectivo. Assim, para os recursos interpostos anteriormente deve ser oportunizada à parte recorrente a possibilidade de regularização do pleito recursal. Destaca-se ainda que, em Questão de Ordem no aludido REsp., a Corte Especial estabeleceu que a modulação de efeitos e a possibilidade de comprovação posterior da tempestividade dos recursos não se aplicaria a todos feriados locais, mas apenas à segunda-feira de Carnaval.

8. No caso dos autos, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 18.4.2016, sendo o Agravo somente interposto em 11.5.2016, sem a comprovação do feriado local.

9. Assim, considerando a função constitucional desta Corte de uniformização da jurisprudência pátria, ressalvo o meu ponto de vista, para

Superior Tribunal de Justiça

acompanhar o entendimento firmado por este Tribunal, de que a comprovação da existência de feriado local deve ocorrer no ato de interposição do respectivo recurso, nos termos do art. 1.003, § 6o. do Código Fux, não se admitindo a comprovação posterior.

10. Ante o exposto, nega-se provimento aos Embargos de Divergência.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR